

algumas parcerias, o Governo do Estado, através da Secretaria de Habitação já se comprometeu em estar portando 15 mil reais por unidade habitacional, em um total de R\$1.695.000,00. Existe um pequeno aporte também do próprio FDS, e para fechar a conta nós precisamos desse aporte do Fundo Municipal da ordem de pouco mais de 860 mil reais, é um empreendimento que vai atender 113 famílias, eu acho que até a gente pode utilizar aqui os argumentos apresentados pela Ângela um pouco antes, que a obra está parada, quanto mais tempo ela continuar parada, mais custos nós vamos ter e mais difícil retomar. **Sra. Vera:** Eu já tinha comentado a respeito do Programa Crédito Solidário, também que é uma das obras que nós estamos tocando no Jaraguá, que a gente quer até marcar uma visita da prefeitura lá, que está devendo, apesar de ter demorado um pouquinho a aprovação de projetos, a gente tem que melhorar essa questão de aprovação de projeto. Mas enfim, a obra está sendo tocada com parceria do Governo do Estado, Governo Federal. E aí eu comentei com a colega Bete França a respeito de Convias, que a gente precisava fazer uma rede de água, uma prorrogação, e que não estava conseguindo fazer porque tinha prazos, e a obra ela está num estágio que já tinha que ter entrado a infra-estrutura e rede de água, e aí a gente conseguiu com a ajuda da Violêta, da Antonia de Convias, protocolar o pedido de rede de água, agora a gente tem que correr porque a Caixa agora está cobrando nós que a obra tem que iniciar, e para iniciar agora a gente tem que analisar. E eu queria até pedir de novo, agradecer e pedir para que a gente agilize isso porque a obra está chegando em 70% e não tem a rede de água, então a Bete está acompanhando, depois até pegar o seu e-mail para passar pra você, para a gente se empenhar nisso, isso é uma questão. E a outra questão do crédito solidário também, toda a reunião do Conselho geralmente é assim, a gente não consegue avançar em um discussão mais aprofundada, então hoje, o Antonio sabe que não é o único crédito aqui da capital, tem ele, tem o Vale, tem o Colinas, tem o Moas, tem o do Ramon, tem vários créditos solidário. Não é o dinheiro, talvez nem todos precisem de dinheiro, mas vai precisar de um empenho muito grande da prefeitura, no que a gente, que é a questão da habita, e a gente gostaria de colocar isso em pauta para ter uma reunião com Secretário, coma equipe para a gente resolver esse problema da habita, porque quando chega na última parcela da obra, segura 5%, a ultima ela não é adiantada, esse 5% para nós ser liberado, só se tiver habita, e a gente sabe que a tramitação dentro do poder público demora. Tanto é que na COHAB, os empreendimentos da COHAB nem todos tem habita, não consegue tirar. Então eu queria marcar uma reunião, que fosse colocado em pauta, não só para discutir o Colinas, isso para ontem, para que a Caixa também se estivesse junto à Prefeitura, porque nós vamos ter um monte de crédito solidário esse ano entregando. E as obras, sabe o que vai acontecer? Vão ficar lá, talvez esperando 4, 5 meses para a prefeitura liberar habita, e uma obra pronta parada é prejuízo, então eu gostaria de solicitar essa reunião. E colocado o crédito solidário, esse de Leão de Judá, foi uma luta nossa da região, que na época as famílias tinham comprado o terreno e não tinha como viabilizar o empreendimento, foi até nós que indicamos a Cida do Leão de Judá, para que fosse selecionado no Ministério das Cidades, então é um dos, que a gente pode falar que é nosso, que tem dado certo com parceria do governo e eu penso e defendo que é importante a gente está aprovando isso, para até iniciar mais programas para que tenham mais unidades. **Sr. Abelardo** – Na verdade o meu questionamento é muito mais uma dúvida de como foi estruturado financeiramente o resultado desse empreendimento e a partir daí eu queria fazer uma indagação. Está me parecendo que esses 860 mil reais é uma contrapartida do Fundo Municipal a fundo perdido para poder montar a equação financeira, se tem algum recurso oneroso, com certeza esse recurso oneroso deve estar sendo financiado pela Caixa para ser retornado ao agente financeiro. Se isso estiver correto eu pergunto para os senhores - Por que o Fundo Municipal precisa arcar com isso, se nós poderíamos ter a contrapartida municipal através de um outro mecanismo? Por exemplo, isenção do ISS. Existe essa isenção no ISS da mão de obra que vai ser empregada por essa construtora, cujo orçamento é de 6 milhões? Numa conta rápida que eu faço aqui, se a mão de obra corresponder a 40, 50%, nós estamos falando de algo de aproximadamente de 3 milhões, 5% disso dá quase esse dinheiro. Para que o Fundo Municipal, que não tem dinheiro precisa bancar 860 mil se a prefeitura poderia fazer essa contrapartida com a isenção de ISS? Isso foi tentado? Não sei, já tem isenção? O que eu quero levantar aqui, o voto foi colocado com rapidez, essas coisas a gente tem que olhar com calma, o meu questionamento principal é assim, há uma série de renúncias fiscais, benefícios fiscais que podem ser obtidos para o encerramento desses empreendimentos, não é só para esse, devem ter outros na mesma situação, então eu acho que antes de fechar a conta para vir pedir para o Conselho Municipal essa ou aquela verba, é preciso que se esgotem todas as tentativas de renúncias fiscais, há um série de tributos e impostos que incidem sobre isso e que podem ser isentos nessa operação, é nesse sentido que eu quero questioná-los e fazer um lembrete para os próximos. **Sr. André** – Porque na realidade alguns assessores estão fazendo alguns projetos para o crédito solidário também e isso não é nem, a questão são os aditivos de valor, está passando na realidade, pelo o que eu estou entendendo de 27 mil reais do fundo municipal, para 860 mil. E isso daqui só para alertar a Caixa, no início do programa já tinha sido alertado se caso tivesse necessidade de aditivos, da onde eles viriam, que é um programa que não prevê nenhum adiantamento de recursão e tem uma série de gargalos durante a obra que podem vir a gerar alguns aditivos, mesmo que não seja de intenção, que a obra esteja em andamento adequado, esse caso aqui eu acho que não é, mas tem muitas obras que mesmo com andamento adequado e dentro do previsto elas vão gerar aditivos porque você tem aumento de custo de material, uma série de razões, talvez não desse valor, mas como você resolve esse problema. Na realidade a Caixa está transferindo de certa forma para o Fundo um aditivo de valor que o programa não previu, caso não feche a conta no final. **Sra. Elisabete:** Convido Sr. Antonio para fazer alguns esclarecimentos. **Sr. Antonio:** Com relação à questão tributária, tudo que precisava ser feito, que é possível ser feito, porque o programa HIS já vem com as isenções tributárias normais, então aí a gente n tem como viabilizar nada em termos de recursos. Quanto ao orçamento, como se chegou a esse orçamento, está disponível em SEHAB todas as peças técnicas de engenharia, estão à disposição lá para serem analisadas. E aqui o programa, com relação a aportes, que o programa da Caixa, na verdade não é um programa da Caixa, é um programa do Governo Federal, e apesar disso a gente está conseguindo, FDS está aportando algum valor, o que é possível dentro do programa, mas pela peculiaridade da situação da obra, pra gente fechar esse orçamento, nós precisamos desse aporte do Conselho Municipal. **Sra. Elisabete:** Aqueles que forem favoráveis à soli-

citação de voto, por favor permaneça como estão. **Votos contrários, um.** E abstenções, uma. O próximo é a solicitação de voto CMH 07, de 2010, solicitação de conclusão da obra para atendimento aos moradores da Rua do Carmo, nº 198, cujas famílias em 2004 deixaram o cortiço ali localizado para construção de novas unidades habitacionais, a obra encontra-se paralisada e apoio da bolsa aluguel suspenso, conselheiros Benedito e Luiz. **Sr. Benedito:** Em relação a essa questão da Rua do Carmo, fazia parte do sub-programa ainda da gestão da então Prefeita Luiza Erundina, na verdade foi encaminhado, foi feita uma primeira iniciativa de programa de habitação em área central, parte desses empreendimentos foram construídos, a gente tem o Casarão do Celso Garcia, lá na Mooca. E também dentro desses empreendimentos dentro do programa foi estabelecido, que foi chamado na época de sub-programa de atuação de intervenção em cortiço na Prefeitura de São Paulo. Foi iniciado na gestão da Prefeita Marta Suplicy. Na época eram 25 unidades, depois com uma negociação por causa da reforma da igreja, as famílias abriram mão de quatro unidades, e ficaram 21 unidades. Essas unidades, no final ainda da gestão da Prefeita Marta Suplicy, a obra estava em continuidade, a obra foi paralisada. E no início da gestão do Prefeito Serra, a expectativa das famílias é que esse empreendimento fosse terminado. O problema é que, a COHAB alegou, que a igreja, que a Mitra Arquidiocesana estaria colocando certos impedimentos para continuidade da obra. Nós do movimento entramos em contato com a Mitra, e ela não coloca nenhum impedimento para conclusão do empreendimento da rua do Carmo. E as famílias foram informadas que o empreendimento não vai ser mais concluído, porque na época a empreiteira teria falido e depois que a obra não vai ser mais concluída. As famílias estavam recebendo bolsa-aluguel, depois foram informados também agora a poucos dias, que eles não iriam mais receber o bolsa-aluguel. Então o que nós estamos pedindo, que o Conselho aprove, porque o empreendimento está parado, está metade inclusive, mais da metade construído, paralisado há vários anos e o que nós estamos pedindo aqui é o seguinte, que o Conselho simplesmente aprove a conclusão do empreendimento, que a Prefeitura faça uma reavaliação para concluir o empreendimento, e que o empreendimento possa ser concluído para atender definitivamente as famílias moradoras da Rua do Carmo, para que elas voltem morar lá no conjunto habitacional, porque elas moravam lá e não deixam morar em outra região da cidade, que não lá no empreendimento que foi prometido para elas, que já está parcialmente construído e não terminado pela COHAB, então é isso que nós estamos pedindo. **Sra. Elisabete:** Só um esclarecimento, é bom que as pessoas entendam o seguinte, as famílias que estavam no bolsa-aluguel, elas vão ser transferidas de programa, elas vão para o Parceria Social, que é um programa onde vão receber aluguel durante 30 meses ou até que encontre a solução definitiva. A outra questão relativa ao empreendimento do Carmo, é que precisa deixar claro o seguinte, estava sendo feita restauração da igreja do Carmo, que parece ser tombada pelo patrimônio histórico e a em-

presa que estava fazendo a restauração colocou que, o empreendimento seria a lei habitacional, então isso precisa ser observado, a gente não pode simplesmente dizer que vai ser concluído amanhã porque a gente tem que vencer um processo enorme de restauração. Só gostaria que vocês refletissem em cima da questão atual, as pessoas não vão ficar na rua, não vão ficar sem bolsa-aluguel, dia 24 de março elas começam a receber a Parceria Social, e enquanto isso o processo continua sendo discutido para ser aprovado, vocês sabem o quanto demora para quem faz reforma na área central, uma aprovação em todos organismos, principal quando é patrimônio e nesse caso patrimônio categoria I, que é o pior, o pior não, graças a Deus a gente ainda protege patrimônio, mas as exigências são enormes, então observem isso. Alguém quer se inscrever? Miriam, você fala em dois minutos, por favor, por causa da sala que vai fechar. **Sra. Miriam:** Então o que pedimos para os companheiros é que essa luta, esse prédio é uma ZEIS, está na área de ZEIS, lá tem que construir habitação, e que sejam retomadas essas obras, inclusive a gente até colocou, não tem nenhuma empresa que queira construir porque é um projeto pequeno, as próprias famílias estão dispostas a construir em regime de mutirão, é só liberar os recursos, liberar o material, que as próprias famílias terminam de construir suas casas. E outra coisa, em relação ao bolsa-aluguel, ao Parceria Social, a gente tem que parar com essa questão de todo vencimento do bolsa ficar três, quatro meses, porque isso criminaliza o programa, hoje nenhum proprietário mais quer assumir fazer convênio com a Prefeitura e receber esse dinheiro, porque fica três, quatro meses parado, isso está criminalizando cada vez mais um programa que foi feito com muito carinho pelos movimentos sociais e que ajuda muito essas famílias que estão sendo despejadas. Então companheiros que foram eleitos aí, peço vocês encarecidamente que olhem com carinho para essa questão, são 21 famílias que precisam desse direito, são muitos anos, desde da Luiza Erundina que vem nessa batalha, já enfrentaram tudo para poder ter seus direitos garantidos. **Sra. Elisabete:** Só último esclarecimento, eram 25 famílias, uma foi atendida no Asdrúbal, uma saiu do programa, pediu para sair porque foi para Tocantins, e uma outra já uma propriedade, portanto nós temos aqui 22 famílias, elas vão receber Parceria Social até serem atendidas numa unidade definitiva. Nós vamos continuar tentando aprovar o projeto, e é óbvio que, na impossibilidade total de aprovar o projeto, são 22 famílias que obviamente, lutando há tanto tempo, desde da época da Prefeita Luiza Erundina, teriam prioridade nesses empreendimentos que vão ser refeitos no centro da cidade das 2500, caso o Carmo não seja viável, elas são prioridade, é óbvio isso, eu não vejo nem por que se conversar. **Sra. Izilda:** Acho que é uma questão política a discussão dos convênios antigos e nos temos que olhar no olho e dizer o seguinte, o que deu para mandar CDHU, mandou, o que deu para mandar para Caixa, mandou, o que não dá, dê o que der, porque se entrar na justiça. Então estou falando de responsabilidade e de pessoas com visão política das questões de construção de moradia, programa, e temos que ter claro

qual é a prioridade da Secretaria, não é construção de moradia, e sim projetos outros. Então eu particularmente acho que essa luta da Rua do Carmo, que acompanhei muito de perto, não é diferente dos convênios firmados, licitados com recursos garantidos e que não foram iniciados. Então a pessoa para cuidar disso tem que ter política na cabeça, e se não tem política na cabeça, não consegue dialogar com os movimentos, e eu acho que a proposta tem que ser colocada em votação continua a obra ou não continua a obra da Rua do Carmo. **Sra. Elisabete:** Ninguém disse que a proposta não é para ser votada, só estou explicando que é um processo de dificuldade. Dito você fez a proposta quer falar? **Sr. Benedito:** Eu queria propor o seguinte, que se constitua uma comissão, para sentar e analisar esses vetos legais, com representantes dos moradores da Rua do Carmo, com representantes do Conselho, para fazer uma análise dessa documentação. Porque há um compromisso já imediato de que as famílias vão ser atendidas no Parceria Social, porque até então não tinha essa reposta. Porque vai construir as 52 unidades, sejam para atender os moradores da Rua do Carmo, porque não é possível que as famílias fiquem mais tanto tempo sem ser atendido num projeto. **Sra. Elisabete:** O Dito colocou uma proposta, será formada uma comissão. A proposta foi aprovada, amanhã o Dito e Luiz encaminham à Comissão. (Agradece e encerra a reunião)

HOSPITAL DO SERVIDOR

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

SETOR DE PROCURADORIA

Encontram-se a disposição dos interessados, após convocação dos mesmos, no Setor de Procuradoria, na Rua: Castro Alves, 131, 3º andar, de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, as Notas de Empenho abaixo relacionadas, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	N.E.
G M DOS REIS JUNIOR	2009-0.053.972-7 – Pregão 083/2009	1737
IND DE PANIFICAÇÃO ELIZABETH LTDA	2010-0.103.494-1 – Pregão 068/2010	1738
POSITIVO INFORMÁTICA S/A	2010-0.140.635-0 – Ata de RP 11.01/10-Prodram	1742

RETIRADA DE NOTA EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 131, 1º Andar de 2ª a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/ Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
CIRURGICA MAFRA LTDA	2010-0.119.740-9 – Dispensa	1738
COMIL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	2010-0.137.855-1 – Ata de RP 116/2010-SMS.G	1735
CRISTALIA PROD QUIM FARMAC LTDA	2010-0.136.498-4 – Ata de RP 255/2009	1734
LABORATORIOS B BRAUN S/A	2010-0.104.015-1 – Dispensa	1740
LAB NEO QUIMICA COM E IND S/A	2010-0.135.720-1 – Ata de RP 187/2008	1733

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Republ. Do Dia 29/05/2010



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO A ABRIL 2010/ BIMESTRE MARÇO - ABRIL 2010

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			No Bimestre	%	Até o Bimestre	%	
		(a)					(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	835.139.985,00	835.139.985,00	103.018.444,33	12,34	206.275.501,52	24,70	628.864.483,48
RECEITAS CORRENTES	828.679.985,00	828.679.985,00	101.934.542,69	12,30	204.139.562,83	24,63	624.540.422,17
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	640.038.285,00	640.038.285,00	94.370.696,99	14,74	190.241.486,66	29,72	449.796.798,34
Contribuições Sociais	640.038.285,00	640.038.285,00	94.370.696,99	14,74	190.241.486,66	29,72	449.796.798,34
RECEITA PATRIMONIAL	17.339.700,00	17.339.700,00	135.165,00	0,78	243.391,85	1,40	17.096.308,15
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	17.339.700,00	17.339.700,00	135.165,00	0,78	243.391,85	1,40	17.096.308,15
RECEITA DE SERVIÇOS	13.544.000,00	13.544.000,00	865.936,60	6,39	1.718.550,65	12,69	11.825.449,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	157.758.000,00	157.758.000,00	6.562.744,10	4,16	11.936.133,67	7,57	145.821.866,33
MULTAS E JUROS MORA	61.000,00	61.000,00	1.148,00	1,88	4.203,90	6,89	56.796,10
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150.042.000,00	150.042.000,00	6.212.916,45	4,14	11.457.252,17	7,64	138.584.747,83
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	1.780.000,00	1.780.000,00	264.015,68	14,83	364.888,60	20,50	1.415.111,40
RECEITAS DIVERSAS	5.875.000,00	5.875.000,00	84.663,97	1,44	109.789,00	1,87	5.765.211,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.460.000,00	6.460.000,00	1.083.901,64	16,78	2.135.938,69	33,06	4.324.061,31
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	1.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	6.030.000,00	6.030.000,00	893.639,66	14,82	1.886.440,26	31,28	4.143.559,74
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	429.000,00	429.000,00	190.261,98	44,35	249.498,43	58,16	179.501,57
RECEITAS DE CAPITAL DIVERSAS	429.000,00	429.000,00	190.261,98	44,35	249.498,43	58,16	179.501,57
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.047.964.954,00	1.047.964.954,00	153.350.868,20	14,63	309.366.785,48	29,52	738.598.168,52
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	1.047.964.954,00	1.047.964.954,00	153.350.868,20	14,63	309.366.785,48	29,52	738.598.168,52
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.047.667.954,00	1.047.667.954,00	153.306.109,43	14,63	309.275.686,21	29,52	738.392.267,79
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.047.667.954,00	1.047.667.954,00	153.306.109,43	14,63	309.275.686,21	29,52	738.392.267,79
RECEITA PATRIMONIAL	297.000,00	297.000,00	44.758,77	15,07	91.099,27	30,67	205.900,73
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	297.000,00	297.000,00	44.758,77	15,07	91.099,27	30,67	205.900,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I)+ (II)	1.883.104.939,00	1.883.104.939,00	256.369.312,53	13,61	515.642.287,00	27,38	1.367.462.652,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (V) = (III) + (IV)	1.883.104.939,00	1.883.104.939,00	256.369.312,53	13,61	515.642.287,00	27,38	1.367.462.652,00
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	358.842.254,20	-	-
TOTAL (VII) =(V + VI)	1.883.104.939,00	1.883.104.939,00	256.369.312,53	13,61	874.484.541,20	-	1.367.462.652,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Obs.: Não estão incluídos neste relatório o Repasse p/ Cobertura de Déficit, cf. Port. 916/2003

FONTE: Sistema de Execução Orçamentária - NOVOSECO

CIBELE S. MARQUES BRIGATO
CONTADORA CHEFE
SEÇÃO DE CUSTOS, EMP. E EXEC. ORÇAM.
CRC 1SP 183.755/O-6

FABIANA LOPES DA SILVA
DIRETORA DE DEPARTAMENTO
FINANÇAS E CONTABILIDADE

JOSÉ ROBERTO FERREIRA SAVOIA
SUPERINTENDENTE

Continua(01/02)